

## **A trajetória de construção do princípio da gestão democrática na legislação educacional brasileira**

### **Considerações Iniciais**

O avanço pela democratização do Brasil, especialmente na década de 1980, impactou a democratização da educação pública, que buscou não apenas ampliar o acesso, mas também democratizar práticas e políticas internas. Esse movimento confrontou o modelo empresarial de administração escolar e foi impulsionado por sindicatos, movimentos populares e partidos de oposição, culminando na inclusão de instâncias participativas nas instituições de ensino. Esse contexto revela a complexidade e o atraso na democratização educacional no Brasil, marcado pela influência de forças conservadoras.

### **A Democracia Frente às Características do Aparelho Estatal Brasileiro**

A história política brasileira, dominada por elites militares e civis, criou um ambiente de democracia limitada, focada no controle e autoritarismo. Movimentos como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1930) e a Constituição de 1946 tentaram introduzir diretrizes democráticas na educação, mas enfrentaram resistências internas, resultando em políticas que favoreceram as elites em detrimento da maioria.

### **Emergência da Gestão Democrática na Constituição de 1988**

A Constituição de 1988 consolidou o princípio da gestão democrática na educação, pressionada por organizações civis e pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. No entanto, o Congresso limitou seu alcance, restringindo-o ao ensino público e mantendo o controle nas mãos das elites. Mesmo com restrições, a Constituição representou um avanço significativo, incluindo a participação popular como direito nas instituições educacionais.

### **A LDB 9394/96 e a Gestão Democrática: A Descaracterização dos Propósitos**

A década de 1990, marcada pela adoção de políticas neoliberais, dificultou a consolidação da gestão democrática. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 reafirmou o princípio da gestão democrática, mas de forma limitada, priorizando descentralização e gerencialismo. As políticas educacionais passaram a focar na eficiência administrativa, mantendo a hierarquia e esvaziando a participação efetiva da comunidade escolar.

### **Considerações Finais**

A implementação da gestão democrática na educação permanece desafiadora, pois a política educacional continua submetida a interesses econômicos e sociais conflitantes. Embora a gestão democrática tenha sido instituída na legislação, a prática revela o embate entre a descentralização gerencialista e a busca por uma democracia educacional real. A participação da comunidade escolar é fundamental para que a gestão democrática se aproxime dos interesses sociais, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura democrática na educação.